

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Reitora
Vice-Reitor



Universidade de Brasília

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

**Coordenadora de produção editorial
Preparação e revisão**

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769 Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior
no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen
(org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.
284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação -
Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de
cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II.
Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

Capítulo 1

A internalização das universidades brasileiras	15
--	----

Heitor Gurgulino de Souza

Universidade da ONU

Capítulo 2

Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco	31
--	----

Maria Rebeca Otero Gomes e Thais Guerra

Unesco

Capítulo 3

Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL	45
--	----

Grasiele Reisdörfer

MEC – Programa Marca Mercosul

Capítulo 4

Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia	53
---	----

Marcos Formiga

UnB/Ceam – Núcleo do Futuro

PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo 5

Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina 73

Rainer Enrique Hamel

Universidad Autónoma Metropolitana – UAM

Capítulo 6

Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário 101

Angela Erazo Muñoz

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Capítulo 7

A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente 117

Aurobindo Xavier

Sociedade Lusófona de Goa – LSG

Capítulo 8

Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 127

Isabela de Cerqueira Silva Ospital

Agência Universitária da Francofonia – AUF

Capítulo 9

Pela diversidade linguística nas universidades: o monolingüismo do inglês em debate 135

Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 10

Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr:
atividades e desafios 147

Stephan Hollensteiner e Fernando Oliveira Paulino

Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Capítulo 11

A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço
Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) 161

Martina Schulze

Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD

Capítulo 12

Internacionalización en la Organización de los
estados Iberoamericanos 173

Paulo Speller

OEI

Capítulo 13

A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil 183

Claudia Gintersdorfer

União Européia – UE

Capítulo 14

A contribuição dos estudos latino-americanos para a
internacionalização das universidades brasileiras e para a produção
de um conhecimento global 193

Rebecca Lemos Igreja e Simone Rodrigues Pinto

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 4

BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Capítulo 15

O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213

Luís Augusto Barbosa Cortez

Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp

Capítulo 16

Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior 235

Alain Bourdon

Embaixada da França no Brasil

Capítulo 17

Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras 243

Cláudia Estrela Porto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO,
REDES E AGÊNCIAS DE
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 14

A contribuição dos estudos latino-americanos para a internacionalização das universidades brasileiras e para a produção de um conhecimento global

Rebecca Lemos Igreja¹

Simone Rodrigues Pinto²

Universidade de Brasília

1 Introdução

Nesse capítulo, gostaríamos de trazer à luz as contribuições relacionadas a uma nova forma de conceber os estudos latino-americanos para a internacionalização da universidade brasileira e ressaltar sua potencialidade e importância como campo de estudo para a produção de conhecimento no âmbito das ciências sociais e humanidades, especificamente, sobre grandes problemáticas globais, como aquelas

¹ Rebecca Lemos Igreja é antropóloga, professora do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) da Universidade de Brasília. Membro do Conselho Superior Internacional da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), é coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas (Leijus/FD/UnB) e do Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, programa da Flacso Brasil.

² Simone Rodrigues Pinto é professora associada do Departamento de Estudos Latino-Americanos e da Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, jurista e cientista política, professora associada da Universidade de Brasília e coordenadora da ROAD – International Research Network and Observatory on Global Enforced Disappearance.

concernentes a temas como desenvolvimento, desigualdades e justiça social. Por essa sua potencialidade e características próprias, como a perspectiva regional, a interdisciplinaridade e a promoção de estudos comparativos e multissituados, os estudos latino-americanos colocam-se em posição privilegiada para pensar o contexto mundial atual e suas complexidades. Tais características contribuem, igualmente, para a produção de um pensamento crítico que renove as próprias ciências sociais e humanas, promovendo uma reflexão acerca da atualidade de seus marcos teóricos e metodológicos, bem como sobre o seu lugar e o de seus pesquisadores no mundo acadêmico e no debate sobre os desafios de se fazer ciência nos dias de hoje.

Dessa forma, partimos dos estudos latino-americanos tradicionais, que propõem análises interdisciplinares sobre a região, para incentivar a construção de uma nova proposta que privilegie marcos teórico-metodológicos e estudos empíricos das ciências sociais produzidos na América Latina com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimento para além da região, promovendo pesquisas sobre outros países, abordando temáticas e problemas globais, inclusive os existentes nos países dominantes do Norte, e para o debate das ciências sociais como um todo. Em suma, saímos da compreensão restrita *sobre a América Latina*, para a produção de conhecimento *sobre e a partir da América Latina*, do regional ao global. Como fundamento para essa nova perspectiva, apresentamos a experiência do Grupo de Estudo México, Caribe, América Central e Brasil (MeCACB), vinculado ao Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, e de seu desdobramento no Colégio Latino-Americano de Estudos Globais, criado em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

2 Estudos latino-americanos: conhecimento *sobre a América Latina*

Tem sido um desafio constante para os pesquisadores, cujo lugar de fala é a América Latina, legitimar e dar visibilidade ao conhecimento produzido *de, para e sobre* a região, principalmente em uma academia que valoriza mais os estudos com base em uma perspectiva euro-centrada. É verdade que, ao longo das décadas passadas, surgiram instituições que procuraram promover, especificamente, uma reflexão *sobre* a região latino-americana a partir de marcos teóricos próprios, mas muitos desses projetos institucionais não promoveram uma valorização do que essas perspectivas regionais poderiam contribuir para a compreensão de problemas mais globais que afetam outras partes do mundo.

Os estudos latino-americanos surgem em algumas instituições de ensino do continente como um aporte teórico-metodológico interdisciplinar para estudar a região. Segundo Novion, Costilla e Ayala (2014),

Os Estudos Latino-americanos propõem a produção de conhecimento, de análises, de alternativas e novas perspectivas, voltadas para a transformação da realidade social e para a resolução de seus problemas. Neste sentido, foca-se a produção na busca de soluções para as mazelas e dilemas, de ontem e hoje, que afetam nossas sociedades e que impedem a construção de realidades mais equânimes e possível para todos.

O exercício de discutir a produção intelectual *da e na* América Latina envolve um processo de acessar nossas mais obscurecidas identidades — políticas, culturais ou sociais. Nosso “Calibã” interior precisa superar sua autoimagem inferiorizada e se permitir conhecer para além

do espelho do “Próspero”, para além do que a produção euro-centrada diz sobre nós. Para isto, temos um lugar de fala privilegiado: somos latino-americanos. De acordo com Leopoldo Zea, nunca ocorreu a um grego perguntar-se pela existência de uma filosofia grega, assim como a nenhum francês, inglês ou alemão... simplesmente pensavam e o seu pensamento já nascia com o selo de legitimidade e universalidade (ZEA, 2005). Para nós, latino-americanos, resta-nos defender cotidianamente e arduamente a qualidade de nossa produção, bem como os avanços que produzimos para as ciências sociais. Como Calibã diante do espelho de Próspero, temos que provar, em nossos escritos, que somos capazes de ir além de meras reproduções, cópias, reflexos da produção europeia ou norte-americana. Epistemologicamente, uma sociedade moderna capitalista favorece a percepção de uma necessária superioridade dos saberes produzidos desde sua origem, a Europa e, mais tarde, os Estados Unidos. O conhecimento chamado científico, produzido neste contexto hegemônico, adquire um *status* privilegiado de única ciência viável.

Da mesma forma, ao utilizar o termo adjetivante “latino-americano” não nos confundimos com os espaços latino-americanistas localizados em universidades e em instituições principalmente do Norte global, que se inserem numa concepção institucional-acadêmica identificada como *area studies*. Os *Area Studies* surgiram como um campo da pesquisa social multidisciplinar com foco em regiões geográficas específicas ou áreas culturalmente definidas como os estudos asiáticos, africanos, latino-americanos ou do Oriente Médio, juntamente com uma variedade de subcampos, como os estudos do sudeste asiático, os estudos caribenhos etc. Os programas de estudos de área, geralmente desenvolvidos a partir de disciplinas como ciência política, história, sociologia, etnologia, geografia, linguística, literatura e estudos culturais hoje são vistos como tendo

origem na expansão colonial das potências europeias durante o século XVIII e nos esforços acadêmicos que acompanharam a dominação e a conquista com o intuito de entender melhor as línguas, as culturas e as organizações sociais dos povos colonizados. Nesse sentido, os estudos de área surgiram como o braço epistemológico da dominação imperial, muitas vezes impulsionado por interesses comerciais e políticos ou como justificativa ideológica da missão civilizadora das potências coloniais.

O conceito de estudos de área foi criado nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial, e recebeu um forte impulso após a Segunda Guerra Mundial, momento correspondente à ascensão dos Estados Unidos como uma potência global (WALLERSTEIN, 2006). Uma melhor compreensão das sociedades na Ásia, África, Oriente Médio e América Latina era vista como urgente no contexto da rivalidade entre as superpotências polarizadas da Guerra Fria em busca de apoiadores locais, particularmente no mundo em desenvolvimento. A crítica dos estudos de área teve seu ponto alto com a obra *Orientalismo*, de Edward Said (1978), que promove uma análise contundente das construções ocidentais dos estudos sobre o Oriente. Esse orientalismo expressa-se, segundo o autor, por meio de uma cosmovisão imperialista e condescendente em relação ao Outro.

A tentação nomotética das ciências sociais europeia e norte-americana levou à compreensão de que o cabedal teórico-metodológico produzido por elas deveria ser aplicado nas realidades não ocidentais, a fim de produzir sua modernização e desenvolvimento. Esta concepção teve (e ainda tem) um impacto tão significativo nas ciências sociais latino-americanas que, até hoje, a discussão sobre internacionalização esbarra na estreita definição de mobilidade acadêmica, ou seja, nossos estudantes e professores devem ir para os grandes centros aprender com os *verdadeiros* produtores de conhecimento. Às instituições de ensino brasileiras, falta o

entendimento apropriado de sua capacidade de nucleação e atração dos “produtores de conhecimento” e de difusora do conhecimento produzido com novos aportes teórico-metodológicos. Segundo Rosenmann (2008),

Una maldición se cierne sobre américa latina: ha llegado tarde a la historia. Estados sin nación, ciudadanos sin derechos, clases sociales sin proyectos, modernizaciones sin modernidad, industrializaciones sin Revolución Industrial. Maldición que ha impregnado el pensamiento social latino-americano hasta el extremo de provocar una cierta parálisis cuya característica más burda es el complejo de inferioridad en la producción de conocimientos.

Portanto, nossa compreensão a respeito da internacionalização necessária das instituições de ensino passa pela superação desse complexo de inferioridade e subserviência acadêmica e epistemológica, buscando relações mais horizontais no campo institucional. Essa horizontalidade deve ser representada por arranjos organizacionais, institucionais e acadêmicos que permitam uma “via de mão dupla” que não seja estruturada dentro de uma dimensão hierárquica da produção do conhecimento. Para isto, devemos pensar em desenhos institucionais mais sofisticados e criativos, já que o sistema acadêmico mundial não privilegia esta equidade necessária (justiça cognitiva?).

Neste contexto é que procuramos inovar ao propor a valorização de uma teoria e uma metodologia latino-americana como contribuição para as ciências sociais como um todo. Propomos uma nova “mirada”, uma ruptura com o paradigma vigente da universalidade e da hegemonia das ciências sociais europeias e norte-americanas a fim de introduzir novos conhecimentos a partir de nossas condições, cosmovisões e experiências,

acreditando que temos muito a contribuir para os estudos mundiais. Essa visão transcende o proposto pelos estudos latino-americanos tradicionais, que se centram nas problemáticas do continente para contribuir com temas das ciências sociais como um todo.

O que exporemos a seguir é nossa experiência na construção de um arranjo de pesquisa nucleador, regional, com foco em estudos sobre o México, a América Central e o Caribe, e que abriu para uma reflexão mais ampla sobre a produção de conhecimento não somente sobre, mas a partir da América Latina, promovendo uma importante rede acadêmica internacional.

3 A experiência do MeCACB: de um projeto regional à perspectiva global

Considerada como a porta de entrada das Américas, a região centro-americana e caribenha, historicamente tem sido objeto de interesses econômicos de diversas potências. Juan Bosch, em seu livro *De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial* (1970), afirma que:

las tierras del Caribe son, pues, las islas antillanas que van en forma de cadena desde el canal de Yucatán hasta el golfo de Paria; la tierra continental de Venezuela, Colombia, Panamá y Costa Rica, la de Nicaragua, Honduras, Guatemala, Belice y Yucatán, y todas las islas, los islotes y los cayos comprendidos dentro de esos límites.

Apesar do viés ideológico nessa compreensão ampla do Caribe, que vai do México, passa pela região do istmo e inclui a Mesoamérica insular, esta visão coincide com a formação de organizações de cooperação internacional na região. Diversos projetos de desenvolvimento para o

continente latino-americano são elaborados, principalmente a partir de instituições internacionais, como Banco Mundial, BID, Cepal, com a finalidade de proporcionar um maior desenvolvimento social e econômico da região. Diferentes atores políticos, além dos Estados Unidos, ganham maior presença nessa região, como notadamente a China e, ultimamente, o Brasil, embora o desconhecimento da região no país seja profundo.

A região centro-americana e caribenha tende a ser conhecida pela fragmentação e instabilidade de seus Estados, por guerras e ditaduras, por dependências, pobreza e desigualdades existentes em muitos de seus países que despontam como uma das maiores do mundo. Sua única qualidade, em geral citada, está em sua localização estratégica, na conexão que faz entre os países do Norte e do Sul do continente.

Muitas vezes, o espaço centro-americano e caribenho é percebido como um capital importante, mas cujos interesses são cobrados sempre pelos outros, ou são distribuídos de maneira assimétrica e imposta pela violência. Trata-se de um espaço historicamente marcado pela força imperial e colonizadora. No entanto, historicamente, esse espaço foi privilegiado para a circulação de pessoas, bens, ideias e símbolos, em um contexto de pluralismo “estrutural” cultural e institucional. No período contemporâneo de globalização, ao intensificar a mobilidade de ideias, bens, mulheres e homens, esse espaço, incluindo espaços continentais e insulares, converte-se em um dos mais importantes corredores migratórios do mundo.

O interesse em discorrer sobre a América Central e o Caribe é porque a região, diversa e múltipla como é, questiona visões homogeneizadoras do continente latino-americano e nos convoca a ampliar nossa perspectiva de análise em relação a ele. O desafio que nos é colocado é pensar o continente em sua totalidade e, ao mesmo tempo, em sua diversidade

de contextos históricos, políticos, econômicos, que acenam para desigualdades e desníveis importantes entre os diferentes países. São várias questões que se abrem, como, por exemplo, o debate relativo a processos de subimperialismos que impactam diretamente na própria concepção e consideração da região, por um lado, e das pesquisas, por outro lado. A desinformação existente sobre a região reproduz uma imagem pouco favorável sobre ela, sempre como uma região marginal e sem atratividade. O que, sobretudo, em momentos difíceis e de crise política, como agora, especialmente no contexto acadêmico, escasseiam os financiamentos e as possibilidades de pesquisa voltadas para a região.

Apesar das dificuldades, o grupo MeCACB, criado em 2014, dispôs-se a enfrentar o desafio de realizar pesquisas sobre e na região. Congregando vários pesquisadores, docentes e discentes de mestrado e doutorado, especialmente da Universidade de Brasília, buscou criar um centro de referência sobre ela, de forma a suprir o vazio de informação existente no país. No mesmo sentido, buscou contatar parceiros internacionais que tivessem um histórico de projetos de pesquisa voltados também para a região e que pudesse apoiar no desenvolvimento do grupo. São parceiros antigos de outros projetos, aos quais se vinculam muitos de nós, coordenadores do grupo.³

Uma das primeiras atividades importantes do grupo foi realizar uma visita técnica ao México, a fim de buscar apoio para a construção de um pequeno centro de referência bibliográfica da região. Receberam apoio de

³ O MeCACB é coordenado pelas professoras Rebecca Lemos Igreja, Simone Rodrigues Pinto e Jacques de Novion. A prof.^a Rebecca tem um histórico de pesquisa de mais de 20 anos na região, especialmente no México, onde guarda vínculos institucionais importantes. Sua trajetória tem sido marcada por suas redes internacionais que estudam a região. A prof.^a Simone dedica-se nos últimos anos ao estudo da região caribenha, na qual estabeleceu importantes redes de estudos. O prof. Jacques de Novion, pela sua temática focada na geopolítica, vem trabalhando com a região, especialmente a centro-americana, como eixo importante de suas pesquisas.

instituições como: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas), Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales (Flacso/México); Centro de Investigaciones sobre América Latina y Caribe (Cialc) de la Universidad Nacional Autónoma de México (Unam); e Colegio de México que doaram, no total, aproximadamente 500 livros e revistas acadêmicas de suas editoras, com a opção de escolha por catálogo.

Uma segunda atividade foi a oferta de um curso para a pós-graduação com foco em estudos sobre a região, ministrado de forma conjunta pelos professores coordenadores do projeto (curso oferecido em 2015). O curso abarcou perspectivas histórico-culturais, socioeconômicas e políticas sobre a região, oferecendo um panorama introdutório importante sobre as principais problemáticas e apresentando diversos acadêmicos conhecidos da região. Um segundo e terceiro cursos foram oferecidos sobre temas mais específicos, como acesso à justiça, no qual professores de outros países participaram de todas aulas por meio de videoconferência.

Por fim, o grupo organizou seu primeiro seminário internacional em julho de 2016, que tinha como proposta promover a aproximação com parceiros internacionais que estudam a região. O seminário buscou promover, por meio do diálogo entre representantes de diferentes instituições acadêmicas e de projetos de pesquisa e de uma perspectiva multi e interdisciplinar, uma análise ampla sobre a região centro-americana e caribenha, incluindo também o México, que contemplasse não somente análises e estudos empíricos sobre as políticas de desenvolvimento regional e seus aspectos socioculturais, políticos e econômicos; como também debates primordiais, vinculados ao conhecimento e à definição da própria região, à percepção e representação da região em um contexto geopolítico global, à discussão sobre a estrutura, as condições e limitações para a realização de pesquisas. O objetivo era preencher a lacuna existente no Brasil sobre

o conhecimento da região centro-americana, caribenha e sobre o México, criar uma rede de intercâmbio de conhecimento, de docentes e discentes, e, por fim, promover a divulgação dos trabalhos dos pesquisadores convidados no Brasil, na América Central como um todo, no México e na França. O seminário foi organizado em parceria com o projeto Laboratoire Mixte International (LMI), Movilidades, Gobernanza y Recursos en la Cuenca Mesoamericana (MESO), URMIS/IRD, coordenado pela professora Odile Hoffmann, uma antiga parceira de pesquisas na região.

O seminário foi marcado por três iniciativas importantes. A primeira foi convidar coordenadores e instituições estrangeiras que trabalhassem a região. Estiveram presentes vários docentes centro-americanos e caribenhos, entre eles a professora Matilde González Izás (Flacso – Guatemala), a professora Fernanda Pinto (UCA – Nicarágua); o professor Aberlado Morales Gamboa (Flacso – Costa Rica); o professor Antonio Gaztambide-Géigel – Universidad de Porto Rico, e o professor Agustín Latapí do CIESAS/México, que além de dirigir a instituição coordenava um importante projeto em países da América Central. Também convidamos o professor Charles Hale, especialista em países como a Nicarágua e que dirigia o Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies (LLILAS) da Universidade do Texas; o professor Olivier Dabène, da Sciences Po, que também é um especialista sobre a região; e a professora Elisabeth Cunin, diretora do URMIS/IRD. A presença de professores de países como a França e os Estados Unidos era importante para propiciar esse debate crítico sobre as diferenças de acesso e de poder no espaço acadêmico internacional.

Nesse sentido, o foco do seminário esteve menos na apresentação em palestras dos trabalhos de cada um dos convidados, mas, sobretudo, na realização de oficinas que debatiam temas e propunham perguntas.

1. A região centro-americana e caribenha: definição, delimitação e temas prioritários

Como denominamos a região, como a definimos, quais são os problemas e interesses nessa definição, para quem e por que é importante defini-la e delimitá-la? Quem discute temas em relação à região, quais são as perspectivas de estudos? Quais são os temas prioritários para pesquisar a região? Como nossas pesquisas se enquadram nesses temas? Em que podemos contribuir para renovar a própria ideia de desenvolvimento, cooperação e diálogo com esses países?

2. O lugar da América Central e do Caribe na Academia

Qual é o lugar da América Central e do Caribe no mundo acadêmico latino-americano e nos países dominantes? Podemos destacar processos de imperialismos e subimperialismo acadêmicos que impactam diretamente na consideração da região? Como os centro-americanos e caribenhos percebem o seu lugar nas esferas acadêmicas globais? Como funciona e é pensada as atividades acadêmicas nesses países e suas relações com as academias estrangeiras? Como a região é tratada e percebida nos demais países, e a partir de que perspectivas políticas, econômicas e geopolíticas? A quem interessa e quem se beneficia do conhecimento produzido sobre a região? Quais são os espaços possíveis de diálogo entre as produções acadêmicas da região?

3. Possibilidades, limitações e condições gerais de pesquisa

Quem faz pesquisa na região, quem as financia, instituições nacionais, estrangeiras, centro de estudos de área? Como apoiar e estimular pesquisas

dos discentes de pós-graduação sobre a região? Quais são as possibilidades e limitações de realizar pesquisas na região, envolvendo acadêmicos oriundos dela, no sentido de estrutura de apoio, financiamento, estrutura acadêmica, liberdade de produção...? Como fazer pesquisa em países fragilizados? Como e por que fazer pesquisa em países estrangeiros? O que nos dizem as experiências de outros laboratórios de pesquisa de outros países? Quais metodologias são úteis para trabalhar em contextos distantes dos nossos e que envolvam diferentes experiências e perspectivas?

4. E por fim, em forma de conclusões gerais e de produção de relatórios das demais oficinas, especificamente essa oficina centrou-se na apresentação de projetos dos discentes. Essa atividade foi de fundamental importância para que os discentes discutissem suas ideias com os pesquisadores da região.

Como se pode imaginar, as oficinas renderam horas de discussão, nas quais especialmente os centro-americanos tomaram o espaço para trazer suas críticas. A relatoria das oficinas trouxe contribuições importantes para a discussão sobre o que fazemos como cientistas sociais e qual é o papel das ciências sociais na compreensão dos problemas regionais. Também foram base para discussões futuras em vários cursos e alimentaram outros encontros com os participantes internacionais. A partir do seminário, construiu-se uma importante rede de colaboração e de muita reflexão científica.

No entanto, nesse seminário, estiveram presentes mais centro-americanos e, por essa razão, realizamos um segundo seminário no ano seguinte, dirigido, especialmente, para acadêmicos caribenhos, propondo o mesmo leque de perguntas e temas (RODRIGUES PINTO; IGREJA, 2018). Da mesma forma, esse seminário trouxe um rico

panorama sobre o Caribe e sua importância na produção de conhecimento científico. Intelectuais da região foram citados, demonstrando que muitos debates atuais e que ganham espaço nas academias norte-americanas já vinham sendo discutidos há muito tempo por eles.

É importante ressaltar que os seminários, especialmente as oficinas, proporcionaram uma nova forma de dialogar com as academias do Norte, e no contexto brasileiro, que, na verdade, ainda pouco participa na pesquisa acadêmica da região centro-americana e caribenha. Talvez por essa razão, nesse espaço mais distante, tenha sido possível promover tantos debates e de forma tão crítica. Além disso, a forma de oficinas, de seminários menores, apesar de todos terem contado com a presença de mais ou menos 20 estrangeiros, permite um diálogo mais qualificado do que nós fazemos. É preciso recuperar o diálogo e abrir espaço para a crítica do “outro”, especialmente daqueles que são nossos sujeitos de estudo.

Um último seminário foi realizado com base nas experiências anteriores, mas com foco específico no tema “Internacionalizar as ciências sociais de, em e com América Central e Caribe”. O interesse permaneceu em dar visibilidade à região, estruturar uma comunidade de pesquisadores internacionais e constituir alternativas para pensar a produção de conhecimento do Sul global e em diálogo com o Norte, sempre sustentadas em bases empíricas documentadas, levando em conta várias perspectivas históricas e críticas já existentes. No entanto, a ideia foi ampliada e buscou-se recuperar o pensamento latino-americano e caribenho de suas fontes históricas e dialogar com o pensamento mais contemporâneo, para refletir sobre um novo “fazer” das ciências sociais que possa dar conta dos desafios atuais e ser mais inclusivo de vários pensamentos e conhecimentos produzidos. Para isso, o centro do nosso debate esteve focado nas ciências sociais latino-americanas, com base nas experiências de trabalho de cada

um dos pesquisadores convidados, de sua reflexão sobre as categorias, os conceitos, as metodologias que utilizavam para pensar alternativas e possibilidades de se pensar problemáticas mais amplas, globais.

As ideias foram muitas, mas também era necessário pensar como concretizá-las. Duas ações foram marcadas como fundamentais: projetos editoriais conjuntos e multilíngues e um projeto acadêmico comum de formação e de produção sistemática e em rede de conhecimento e de divulgação do mesmo. Duas propostas que correspondiam à primeira ação já estavam implementadas ou via de implementação: a revista *Abya Yala: Acesso à justiça e Direitos nas Américas*, revista bilíngue e criada em parceria com o Ciesas/México. A revista, recentemente criada, circula de maneira importante entre países do continente latino-americano e marca um esforço de uma parceria internacional em todos os seus processos. Também a proposta de uma coleção latino-americana de livros introdutórios e panorâmicos sobre temas importantes no âmbito das ciências sociais e humanas, bilíngues, teóricos e metodológicos para a formação dos discentes, especialmente em nível de licenciaturas, escritos por intelectuais latino-americanos.

4 Conclusão: a internacionalização da universidade brasileira através da perspectiva latino-americana

Nesse texto, buscamos demonstrar o potencial de produção de conhecimento e formação de redes internacionais que podemos alcançar partindo de contextos considerados erroneamente como marginais, como pode ser o centro-americano e caribenho, e abrindo para discussões mais amplas sobre problemáticas que envolvam outros continentes.

É um processo de valorização do que produzimos como marcos teórico-metodológicos latino-americanos, certamente em diálogo com

países do Norte, para pensar e produzir conhecimento sobre outros contextos mundiais. Podemos, com nossa experiência latino-americana, realizar pesquisas, inclusive empíricas, falar de problemas que afetam outros contextos, como o europeu, por exemplo. Temos importante histórico de trabalhos empíricos e reflexões teóricas sobre racismos, violências estruturais, migrações, capitalismo e muitos outros temas que nos permitam analisar outras realidades, sempre respeitando as especificidades de cada um.

Partir da perspectiva latino-americana enriquece o nosso olhar, ampliando-o para não estarmos centrados somente na perspectiva brasileira e sua relação com outras academias do mundo. É importante ressaltar que propomos, igualmente, que esse diálogo com outras realidades latino-americanas, especialmente centro-americana e caribenha, enriqueça as perspectivas sobre os problemas brasileiros. Pensemos de forma mais ampla e regional.

A rede que se constituiu a partir do MeCACB foi o fundamento para a construção de um novo projeto, com a finalidade de responder a segunda ação necessária para concretizar as ideias que surgiram nos seminários: o Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais. Criado em 2018 como um programa da Flacso Brasil e como um centro de estudos globais em um formato de escola de altos estudos, ele constitui um espaço acadêmico internacional e multidisciplinar, especialmente no âmbito das ciências sociais, orientado à reflexão e análise sobre as grandes transformações e desafios que caracterizam o mundo contemporâneo no contexto global. Em particular, aqueles que se relacionam com as desigualdades globais e a justiça social, analisados a partir da perspectiva latino-americana e em diálogo com outras realidades, principalmente as de outros países do Sul global, mas também do Norte.

Como desenrolar necessário de suas atividades, o Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais constitui-se como mais um espaço de

reflexão sobre o próprio *fazer* das ciências sociais latino-americanas, sobre o papel da disciplina e de seus pesquisadores no campo científico internacional. Integra grupos e projetos de pesquisa, redes internacionais, antigas parcerias, para que juntos promovam debates, pesquisas e programas de formações acadêmicas internacionais e de maneira sistemática. É um projeto brasileiro que trabalha com importantes parceiros latino-americanos e de outros continentes a fim de pensar temas fundamentais que afetam o globo com um todo.

5 Referências

BONDY, Salazar. *Sentido y problema del pensamiento filosófico hispanoamericano*. Kansas: Center of Latin American Studies, 1969.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2007.

GARCÍA, Felix Valdés. *La in-disciplina de Caliban: Filosofía en el Caribe más allá de la academia*. La Habana: Instituto de Filosofía Editorial, 2017.

NOVION, Jacques; COSTILLA, L. O.; AYALA, M. Pensamento, Teoria e Estudos latino-americanos. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, v. 8, p. 5-14, 2014.

RODRIGUES PINTO, S.; IGREJA, R. L. (org.). *Pensando as Américas desde o Caribe*. Ed. CRV, 2018.

ROSENMANN, Marcos Roiman. *Pensar América Latina. El Desarrollo de la sociología latinoamericana*. Buenos Aires: Clacso, 2008.

SAID, Edward. *Orientalismo*. Cia das Letras, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel (coord.). *Abrir las ciencias sociales: Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

ZEA, Leopoldo. *Discurso desde a marginalização e a Barbarie*. Garamond, 2005.

A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!